

**RESOLUÇÃO DELIBERATIVA Nº 022/2016**

Dispõe sobre a ampliação dos valores pagos a título de compensação da gratuidade de atos praticados pelos notários e registradores, bem como o pagamento de mapas e comunicações, referentes ao mês base de junho de 2016, nos termos do art. 37 da Lei nº 15.424, de 2004.

A Comissão Gestora dos Recursos para a Compensação da Gratuidade do Registro Civil no Estado de Minas Gerais, nos termos regimentais, com base na Lei nº. 15.424, de 30 de dezembro de 2004, art. 37, e em face da ocorrência do superávit consolidado e referente ao mês de **junho de 2016**, mediante deliberação do Plenário da Comissão que aprovou esta Resolução Deliberativa, em reunião ordinária do dia dezoito do mês de julho do ano de 2016,

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** A ampliação da compensação da gratuidade em razão dos atos praticados pelos registradores das pessoas naturais no mês de **junho de 2016**, em razão, do art. 37 da Lei nº 15.424, de 30 de dezembro de 2004, é feita nos seguintes valores:

I – na forma do inciso II do art. 37, para os atos praticados no mês de **junho de 2016** em razão dos nascimentos e óbitos, o valor de **R\$ 41,00** (quarenta e um reais);

II – na forma do inciso II do art. 37, para os atos praticados no mês de **junho de 2016** em razão das habilitações dos casamentos, o valor de **R\$ 24,31** (vinte e quatro reais e trinta e um centavos);

III – **R\$ 6,00** (seis reais) para os assentos dos casamentos lavrados pelos Registradores Cíveis das Pessoas Naturais;

IV – na forma do inciso IV do art. 37, a complementação da receita bruta mínima mensal em razão dos valores recebidos pelos notários e registradores no mês de **junho de 2016**, o valor de **R\$ 948,44** (novecentos e quarenta e oito reais e quarenta e quatro centavos).

V – **R\$ 23,68** (vinte e três reais e sessenta e oito centavos) para os atos decorrentes de mandados judiciais, praticados pelos Registradores Cíveis das Pessoas Naturais;

VI – **R\$ 7,08** (sete reais e oito centavos) para as certidões ou segundas vias expedidas pelos Registradores Cíveis das Pessoas Naturais;

VII – **R\$ 8,45** (oito reais e quarenta e cinco centavos) para as certidões ou segundas vias expedidas pelos Registradores Cíveis das Pessoas Naturais, com uma ou mais averbações ou anotações;

VIII – **R\$ 7,08** (sete reais e oito centavos) para as certidões emitidas pelos Registradores de Imóveis, enviadas ao ITER, em razão da Lei nº 14.313, de 19 de junho de 2002;

IX – R\$ 7,81 (sete reais e oitenta e um centavos) para as averbações de imóveis, feitas pelos Registradores de Imóveis, em razão da Lei nº 14.313, de 19 de junho de 2002.

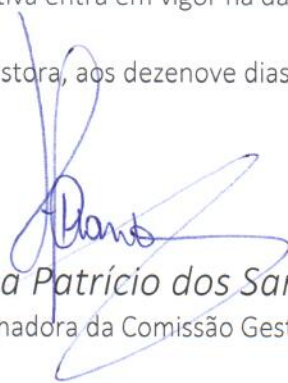
X – R\$ 34,44 (trinta e quatro reais e quarenta e quatro centavos) para o conjunto de todos os mapas enviados pelos Registradores Cíveis das Pessoas Naturais, na forma do inciso VI do art. 37;

XI – R\$ 2,27 (dois reais e vinte e sete centavos) para cada comunicação enviada pelos Registradores Cíveis das Pessoas Naturais, na forma do inciso VII do art. 37;

XII – R\$ 7,08 (sete reais e oito centavos) para a transmissão de dados eletrônicos, quando atendam aos requisitos da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – e aos Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico, para emissão de certidão por ofício de registro das pessoas naturais diverso daquele em que foi feito o assento.

**Art. 2º.** Esta Resolução Deliberativa entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de reuniões da Comissão Gestora, aos dezanove dias do mês de julho do ano de 2016.

  
**Adriana Patrício dos Santos**  
Coordenadora da Comissão Gestora